

Clipping Diário

TJPI



13.06.2017



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	13.06.2017	07	EM DIA

DENUNCIADO

Juiz arquiva inquérito que investigava obstetra por suposto abuso sexual

O magistrado destacou que já havia operado a decadência das denúncias de seis mulheres, que registraram os fatos após ocorrido os supostos abusos

Nayara Felizardo
Portal ODIA

Chegou ao fim o inquérito que investigava o obstetra Felizardo Batista, denunciado por suposto abuso sexual praticado em consultas ginecológicas e obstétricas na maternidade Santa Fé e na Clínica Batista. O juiz da Central de Inquéritos, Luiz de Moura Correia, decidiu acatar o parecer do promotor Francisco Raulino Neto e arquivou o processo.

O magistrado destacou

que já havia operado a decadência das denúncias de seis mulheres ouvidas no inquérito presidido pela delegada Carla Brizzi. Todas elas só registraram os fatos após seis meses de ocorrido os supostos abusos.

As acusações de outras duas vítimas, que teriam denunciado dentro do prazo legal, foram desconsideradas no parecer do Ministério Público. "Diante da incerteza existente nos autos, bem como da falta de dados consistentes a autorizar o início da ação penal pública condicionada, forçoso reconhecer a ausência de elementos de convicção capazes de suportar a deflagração da ação penal, sendo preferível optar pelo arquivamento do presente inquérito policial", alegou o promotor Francisco Raulino.

Com base em afirmações como essas, o juiz Luiz de Moura concluiu sua sentença. "É cediço que o Ministério Público, como titular da ação penal, deverá, mediante juízo seu, avaliar se é o caso

de ofertar ou não a ação penal. Nestes termos, determino o arquivamento", decidiu o magistrado ontem (12).

Polêmica

Segundo a delegada Carla Brizzi, o promotor Francisco Raulino culpabiliza as vítimas e põe em dúvida a veracidade dos depoimentos. Ele ainda sugere que a delegada deveria ter colocado vítima e acusado frente a frente para uma acareação.

No parecer, o promotor faz alguns questionamentos, contrapondo uma suposta vítima e sugerindo que a mãe dela deveria ter falado com o médico, quando percebeu o que Francisco Raulino chamou de assanhamento. "O médico atendeu as mulheres da família dela. Por que somente a ela teria agredido? Por que a mãe sabendo do "assanhamento" do médico não se propôs a conversar com ele? Por que temia que sua mãe (e demais parentas) não acreditasse nela?", perguntou o promotor.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	13.06.2017	07	EM DIA

BOPE

Justiça ouve 51 testemunhas em audiência sobre morte de cabo

Mário Clara Estêvão
Portal ODA

Começou ontem (12) a audiência de instrução do processo relativo ao homicídio do cabo da Bope, Claudemir Sousa. O PM foi assassinado no dia 06 de dezembro ao sair de uma academia no bairro Saci e sete pessoas foram presas acusadas de ter participação no crime.

A audiência tem previsão para encerrar na quarta-feira (14) e durante estes três dias, serão ouvidas 51 testemunhas de defesa e acusação do crime. Dentre elas, os policiais que participaram das diligências de prisão dos acusados e pessoas que passavam pelo local no momento do fato. O rito acontece na sede do Tribunal de Justiça e é presidido pelo juiz Antônio Nollêto, da 1ª Vara do Tribunal do Juri.

Após os debates da defesa e acusação, caberá ao magistrado dar a sentença e dizer se os acusados irão a júri popular. São acusados do crime: Leonardo Ferreira Lima e Maria Ocionira Barbosa, tidos como os mandantes; José Roberto Leal da Silva, Igor Andrade Sousa, Thais Monait Neris de Oliveira, Wesley Marlon Silva e Flávio Willame da Silva.

Em conversa com o PortalODia.com, o defensor de Thais Monait, Joaquim Magalhães disse que o argumento usado é o de que a acusada estava apenas no lugar errado, na hora errada e que não teve participação no crime como aponta a acusação. "Ela está sendo colocada como uma das olheiras, que ficou de prontidão, observando os passos da vítima para informar aos atiradores o melhor momento de investir. Mas ela estava apenas na companhia do namorado em um trailer, fazendo um lanche. Não tem nenhuma prova material que a ligue



A audiência tem previsão para encerrar na quarta-feira (14)

diretamente ao crime", argumentou o defensor.

Já a defesa do acusado Wesley Marlon utiliza o argumento de que o crime foi, na verdade, uma tentativa de assalto que culminou com a morte do cabo Claudemir e que não houve a premeditação que a acusação sustenta. "O Wesley foi apontado como um dos atiradores, que estaria agindo com um comparsa, seguindo todo um combinado com os outros acusados, mas isso não se aplica. O que houve foi um latrocínio que terminou como terminou. E meu cliente não foi o que atirou. Aconteceu de seu comparsa disparar, mas ele não teve envolvimento direto nisso", diz o defensor Francisco Moura.

Os defensores dos outros acusados ainda não tinham se manifestado a até o fechamento desta matéria.

O cabo Claudemir Sousa fazia parte do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Piauí e era especialista em explosivos. As informações apuradas pela polícia à época do crime davam conta de que sua morte teria sido um crime passionnal arquitetado por Maria Ocionira Barbosa e Leonardo Fer-

reira Lima. Ocionira teria um relacionamento amoroso com Claudemir, o que estaria atrapalhando seus planos com Leonardo. Estes dois foram apontados como mandantes do crime.

AVANT COMBUST
04.321.003/0001-88, R
Cunha, 747, São João
SEMAR a Licença de
Transportes de Produtos I
12 de Junho de 2017.

CARTÓRIO E REGI
MARIANO VIEIRA, 221 -
ALTA FIDELIDADE

Pelo presente edital a por estar em
relacionamento, intimado para ciência, de que se
preserver a Consolidação da Propriedade do
arquivo do qual deito a propriedade supracita
Fica portanto, ciente de que tem o pr
publicação desta, para quando pagar o di
que poderá ser feito no Cartório do 1º Ofício
de Comércio de Picos, Estado do Piauí, dia
horário das 8:00 às 18:00 hs ou então em q
CEF em Picos.

CONTRATO HABITACIONAL Nº 844
GENERALDO DE OLIVEIRA SANTOS 1
26, Nº 4008, L 6 G 46- BOA VISTA, PÍO

Picos (PI), 15/1

Maria Davi Clementina
Oficial de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
180 GRAUS	13.06.2017	-	BrJus

Presidente do TJ-PI defende Justiça Restaurativa e critica cultura de prisões

O Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), Desembargador Erivan Lopes, esteve na solenidade de lançamento do programa Justiça Restaurativa, que em parceria com a Secretaria de Justiça, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PI) e Defensoria Pública vai oportunizar um atendimento especial às vítimas dos processos criminais.

Segundo o Presidente Erivan Lopes, o programa é mais uma ação do Tribunal de Justiça no sentido de mostrar a preocupação do Judiciário com a outra parte do processo, que são as vítimas. O Desembargador também foi enfático ao ressaltar que a cultura do encarceramento no Brasil e a responsabilização do Judiciário por todas as mazelas da sociedade não contribui em nada com um país melhor.

“Hoje tem se apregoado no país, grita-se aos quatro cantos, que o problema da criminalidade brasileira se resolve com justiça criminal e com polícia. Infelizmente este é um equívoco histórico que se comete no Brasil e os números estão aí para provar que a justiça criminal não é o remédio para todos os males. O Brasil hoje tem mais de 500 mil presos, o Piauí tem mais de 4 mil e nem por isso obtivemos a paz que desejamos. Ao contrário, a criminalidade e a falta de segurança são incrementadas”, destaca o Presidente.

O Presidente afirma ainda que a justiça criminal deve ser o último apelo a ser usado neste jogo da violência contra a paz, funcionando como uma defesa, e ainda assim, ela deve ser exercida de forma humanizada. “É isso que temos procurado fazer no TJ-PI nesta gestão. Evidencio aqui o trabalho feito pelo Dr. Vidal, na Vara de Execuções Penais, como por exemplo, este último que estamos implantando agora que é a internação das pessoas em condições de rua que se envolvem em crimes e que terão a possibilidade de, manifestando o desejo, ir para um local se tratar e não mais ir para a prisão, quando for o caso. Aproveito para esclarecer que este programa não irá levar todas as pessoas de rua para estas clínicas, mas apenas as que estão em conflito com a lei. É uma alternativa ao encarceramento”, pontua o Desembargador Erivan Lopes.

Nas palavras do chefe do Poder Judiciário, este programa é importante, tendo em vista que o último relatório que o TJ-PI recebeu, após a revisão das prisões cautelares, mostra que 31% delas só nas Varas Criminais de Teresina foram revistas e 14% dos presos provisórios que foram julgados foram absolvidos.

“Isso mostra que esta sede, esta ganância por sangue a qualquer custo, essa doutrina ela tem que ser superada e ela tem que ser superada a partir do diálogo de líderes, como estes que se reúnem aqui e que são formadores de opinião. Se não nos contrapormos a este discurso adotado por alguns jornalistas, que gritam e que brandam não por justiça, mas por vingança, porém, sob o pálio da justiça, discurso também feito por ainda alguns parlamentares chamados da bancada da bala, nós vamos perder a noção do que de fato é justiça e o que é reestabelecimento da paz social”, frisa o Presidente do TJ-PI.

O Desembargador Erivan Lopes concluiu sua fala reafirmando que Presidência e Corregedoria do TJ, na pessoa do Desembargador Ricardo Gentil, têm procurado oferecer as melhores condições possíveis para que a prestação jurisdicional aconteça como prevê a Constituição Federal, ou seja, dentro de um prazo razoável. “É claro, que os julgamentos sejam justos, para que não tenhamos dados como este que mostram que 14% de presos provisórios eram inocentes. Aprendemos nas primeiras aulas de Processo Penal que é preferível deixar 1.000 culpados impunes a um inocente preso”, afirma.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
180 GRAUS	13.06.2017	-	BASTIDORES

Presidente do CNJ exige urgente as informações sobre licença de juízes

Em reunião com tom duro, já retratada aqui no **Blog Bastidores**, ocorrida sexta-feira (9), em Brasília, a presidente do CNJ e STF, ministra Cármen Lúcia, não só cobrou dados corretos dos Tribunais de Justiça do Brasil, como exigiu informações sobre licenças de magistrados.

E o prazo é até esta terça-feira (13).

A presidente quer saber quantos juízes estão de licença e por quais motivos. Quer saber ainda quantos magistrados estão no país e quantos estão no exterior.

Devem ser esclarecidos os motivos dessas licenças - se para tratamento de saúde ou interesse próprio -, o nome do responsável pela liberação e também o número total de comarcas existentes e comarcas vagas.

O Piauí possui um dos judiciários mais lentos do país.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
CIDADE VERDE	13.06.2017	-	ÚLTIMAS

Advogado vai propor delação premiada no caso da morte do Policial do Bope

Dependendo do resultado do julgamento dos 8 réus suspeitos de executarem o cabo do Bope, Claudemir de Sousa, o advogado de uma das suspeitas de participar da morte deve propor à Justiça acordo de delação premiada.

Trata-se do advogado Joaquim Magalhães, responsável pela defesa de Thaís Monait Meris de Oliveira. Ela é suspeita acionar o bando que assassinou o cabo do Bope Claudemir de Sousa, para que eles cometessem o crime.

De acordo com as investigações do Grupo de Repressão ao Crime Organizado (Greco), Thaís estava lanchando com o namorado, que também é réu ,Francisco Luan, em um trailer próximo à academia onde Claudemir malhava. Quando o cabo saiu do local, ela teria 'dado sinal' para os outros atiradores.

“Minha cliente nega que tenha participado. Ela estava no trailer, mas não teve nenhuma participação no crime. Dentre os suspeitos, ela tem a menor acusação e, dependendo do andamento do julgamento, posso sugerir delação premiada”, conta o advogado.

Reviravolta

O advogado Francisco Moura, que defende um dos suspeitos de ser o autor dos tiros que matou Claudemir, Wesley Marlon Silva, prevê que, até o fim do julgamento, um dos réus irá assumir a autoria do crime.

“Temos a informações que um dos réus vai entregar no interrogatório quem é o responsável de ter atirado no cabo”, adianta o advogado.

De acordo com o Greco, Wesley Marlon Silva e Flavio Willame da Silva, são os suspeitos de desferirem os tiros.

Também são acusados da morte de Claudemir o taxista José Roberto Leal da Silva, Igor Andrade Sousa, Thaís Monait Neris de Oliveira, Francisco Luan de Sena, que seriam os olheiros, Maria Ocionira Barbosa de Sousa e Leonardo Ferreira Lima, suspeitos de serem os mandantes e planejarem toda a ação.

O julgamento dos réus começou nesta segunda-feira (12) e segue até quarta-feira, na 1ª Vara do Tribunal do Júri.